

## PODER

# Delação de Vorcaro ameaça a de PHC

Colaboração do dono do Master está avançada e pode barrar a do ex-chefe do BRB

» RENATO SOUZA

Investigadores da Polícia Federal avançaram, nos últimos dias, nas tratativas de delação com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. O executivo, que está no centro das acusações de fraudes envolvendo o Banco de Brasília (BRB), apresentou, em conversas preliminares, informações sobre autoridades do alto escalão dos Três Poderes, que teriam alguma participação no esquema. A promessa é de que o depoimento dele pode dar um raio X da associação criminosa montada para operacionalizar o esquema fraudulento, o pagamento de propinas e a lavagem de dinheiro. A colaboração pode frustrar os objetivos da defesa do ex-presidente do BRB **Paulo Henrique Costa**, que também tenta um acordo. A intenção do ex-chefe do banco brasileiro de delatar foi comunicada formalmente, ontem, ao relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro André Mendonça.

A previsão é de que o dono do Master consiga convencer os investigadores da Polícia Federal a aceitar um acordo de delação até o fim desta semana. Em seguida, o caso seria enviado ao STF, já com as primeiras informações e citação de provas documentais que podem ser apresentadas. Em seguida, o relator do inquérito na Corte, ministro André Mendonça, pedirá avaliação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o conteúdo. Vorcaro foi informado pelos advogados sobre o risco de obter uma pena elevada caso não colabore, assim como a possibilidade de ser alvo de apreensões do seu patrimônio que podem chegar a bilhões de reais — medida que ele espera evitar com a proposta de colaborar com as diligências.

O dono do Master estaria disposto a ressarir os cofres públicos, em um plano de pagamentos a ser definido em conjunto com as autoridades e apresentado ao Supremo.

O aval dos investigadores pode ocorrer mesmo no feriado de 1º de Maio, de acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**, ligadas ao caso.

Reprodução/YouTube



Divulgação



**Caso de fraudes do Master deflagrou uma corrida entre Vorcaro e Costa para firmar acordo e obter benefícios**

## Milhões em imóveis

Paulo Henrique Costa foi preso pela Polícia Federal no último dia 16, na quarta fase da Operação Compliance Zero, sob suspeita de ter negociado propina de R\$ 140 milhões em imóveis em troca de favorecer os interesses do banqueiro Daniel Vorcaro em obter aportes do BRB no Banco Master.

As tratativas teriam sido aceleradas nos últimos dias em razão da intenção de Paulo Henrique Costa de também delatar o que sabe sobre o esquema. Vorcaro está preso na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, e tem acesso mais fácil aos agentes.

Para fechar o acordo, ele não pode ocultar bens nem proteger envolvidos nas fraudes. As negociações tiveram uma breve pausa na semana passada, quando ele passou mal e foi levado para exames no Hospital DF Star, na capital federal. No entanto, foram retomadas logo em seguida. A visita ao hospital durou apenas uma tarde, mas fez com que ele fosse mantido em repouso ao longo de todo o dia na quinta-feira. Investigadores procurados pela reportagem, alertam, porém, que a

proposta precisa ser sólida para ser aprovada. E não precisa convencer somente a PF, mas também Mendonça e a PGR.

## Transferência

A avaliação de Vorcaro é de que as declarações dele, assim como documentos, movimentações financeiras e mensagens que serão apresentadas, podem esvaziar às de Costa. No entanto, o ex-chefe do BRB já estaria preparando a documentação há semanas, o que, se confirmado, o coloca estrategicamente à frente do dono do Master.

Na petição enviada ao Supremo, ontem, os advogados de Costa, Eugênio Aragão e Davi Tangeirino, afirmam que ele pretende

contribuir com a Justiça, “possivelmente por meio de colaboração premiada”.

Além disso, pedem que o cliente seja transferido do Complexo Penitenciário da Papuda, onde ele está atualmente. “Pesa dizer que, sem qualquer juízo de valor sobre as condições carcerárias do local onde o Requerente cumpre a medida cautelar, a arquitetura prisional, de um lado, e a necessidade de sigilo inviolável das conversas conduzidas entre o Requerente e seus advogados, de outro, tornam impossível os três vetores acima: não se pode discutir eventuais fatos delitivos de forma eficiente; não se pode manusear fontes de prova; não se pode, assim, atingir a qualidade de informação necessária para a voluntariedade”.

A transferência da Papuda deixaria Costa mais próximo das autoridades com as quais pretende colaborar — posição que Vorcaro já ocupa, pois está na unidade da corporação no DF. Ao contrário dos envolvidos, Mendonça tem indicado, nos bastidores, não ter pressa, mas sim rigor com as apurações.

## PF amplia rastreamento de bens do banqueiro

» VANILSON OLIVEIRA

A Polícia Federal (PF) busca localizar cerca de R\$ 50 bilhões em bens e ativos atribuídos a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, em contas no Brasil e no exterior. Parte do patrimônio já foi bloqueada pela Justiça, incluindo imóveis, valores em dinheiro e itens de luxo. O montante recuperado poderá ser usado para ressarir investidores e instituições financeiras afetadas pelo colapso do banco.

Segundo levantamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, o Imposto

de Renda do ex-banqueiro indicava, em 2024, um patrimônio declarado de R\$ 2,6 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 47 milhões estavam concentrados em obras de arte e relógios.

No último dia 23, a Justiça de São Paulo formalizou o avanço de medidas judiciais contra Vorcaro; o pai dele, Henrique Moura Vorcaro; e a irmã, Natália Vorcaro Zettel. As decisões foram publicadas no Diário de Justiça Eletrônico e partem da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

Entre os ativos atingidos estão uma aeronave Gulfstream G700, avaliada em cerca de R\$ 500

milhões; o hotel Botanique, localizado em Campos do Jordão, interior de São Paulo; além de imóveis de alto padrão em Brasília e no estado da Flórida, nos Estados Unidos. As apurações seguem em andamento, independentemente das negociações de delação premiada conduzidas pela defesa do banqueiro.

A expectativa das autoridades é que eventuais revelações, na delação, contribuam para a recuperação de parte dos valores desviados.

Paralelamente às apurações no Brasil, o caso se desdobra na Justiça norte-americana. Nos EUA, autoridades deflagraram medidas para

identificar possíveis bens vinculados ao banqueiro, incluindo intimidades a empresas, galerias de arte e companhias do setor de aviação.

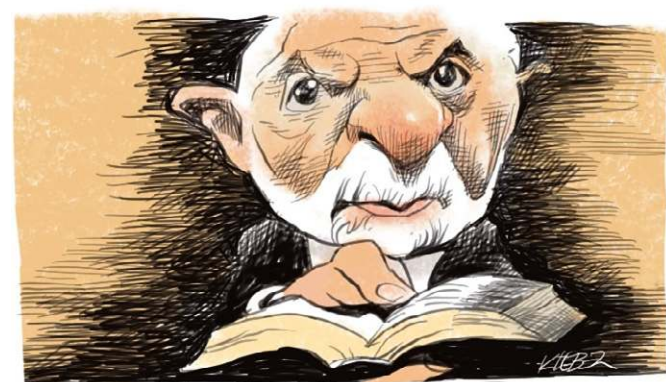
Uma audiência foi realizada ontem no Tribunal de Falências do Distrito Sul da Flórida, para analisar um pedido de suspensão de 35 intimações expedidas em abril. As notificações solicitam que empresas detalhem eventuais vínculos com bens de Vorcaro, além de relações com pessoas físicas e jurídicas que tiveram ativos bloqueados pelo Banco Central do Brasil no processo de liquidação do Banco Master.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Agenda evangélica pauta Lula na indicação de mulher à Defensoria Pública

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de indicar a defensora pública Tarcijany Linhares Aguiar Machado, segunda colocada na lista tríplice da categoria, para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU), em detrimento do mais votado, Leonardo Magalhães, ganhou contornos de disputa político-ideológica com viés religioso e de gênero. Tarcijany é evangélica e sua indicação entrou no pacote das articulações com senadores para aprovação do nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, à vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a aposentadoria de Luís Roberto Barroso.

Hoje, Messias será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a partir das 9h, depois de longa espera. A incógnita é o posicionamento dos aliados do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), com quem se encontrou discretamente na semana passada, “por acaso”, na casa de um ministro do Supremo que supostamente não os avisou que ambos estariam juntos. Messias pediu apoio formal, mas Alcolumbre desconversou e disse que a aprovação seguirá o rito protocolar.

Também estão na pauta da sessão da CCJ as sabinas de Margareth Rodrigues Costa, indicada ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), e de Tarcijany. Caso seu nome seja aprovado, será a primeira mulher a ocupar a chefia do DPU em duas décadas. A vaga foi aberta em janeiro, com o fim do mandato de Leonardo Magalhães. Com 486 votos, seu nome encabeçava a lista tríplice que a categoria elaborou em setembro. Tarcijany ficou em segundo lugar, com 279 votos, e Fabiano Caetano Prestes, de Brasília, com 251, em terceiro.

Lula não é obrigado a escolher o candidato com mais votos. Tem preferido acomodar mulheres em cargos do sistema de Justiça para compensar a escolha de dois homens para vagas surgidas no STF ao longo de seu mandato atual. Como deve fazer isso pela terceira vez, ganharam força as indicações de Margareth para a vaga de ministra do TST e Tarcijany ao DPU. Magalhães vinha sendo apontado como favorito na disputa, mas foi atropelado pelo jogo bruto do Planalto.

Cearense e evangélica, Tarcijany teve apoio do ex-ministro da Educação Camilo Santana (PT-CE) e do ministro José Guimarães (PT-CE), chefe da Secretaria de Relações Institucionais. Nos bastidores da Câmara, os deputados federais Rui Falcão (PT-SP) e Marcos Feliciano (PL-SP), que é pastor de pentecostal ligada à Assembleia de Deus, também padrinhos da indicação, trabalham para neutralizar resistências das bancadas de esquerda e evangélica, respectivamente. Na avaliação do Planalto, Tarcijany reúne maior capacidade de interlocução com o governo e sensibilidade para agendas sociais com impacto eleitoral direto.

## Menos autonomia

A DPU é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida de prestar assistência jurídica gratuita à população vulnerável. Sua atuação vai além do atendimento individual, alcança a defesa de direitos coletivos e a promoção de políticas públicas estruturais. Ao longo de sua trajetória, acumulou protagonismo em momentos críticos: a interiorização do acesso à Justiça, a atuação na crise migratória em Roraima, a defesa de populações indígenas e quilombolas e a judicialização de demandas de saúde e previdência, a defesa dos desabrigados nas tragédias de Brumadinho e Mariana e, mais recentemente, nas enchentes do Rio Grande do Sul. Com forte capilaridade social, sua atuação, muitas vezes, contraria grandes interesses privados e políticos.

Esse é o xis da questão na movimentação do Palácio do Planalto, simultânea às articulações para aprovar a indicação de Messias. O contexto é o aperto nas pesquisas e o desgaste econômico do governo. A atuação da DPU pode contribuir para ampliar o alcance de políticas sociais e reduzir tensões em áreas sensíveis, como endividamento, acesso a benefícios e judicialização de demandas básicas. Nesse contexto, Tarcijany é vista como uma gestora com perfil mais “executivo”, capaz de dialogar com ministérios. Já integrou uma chapa formada por defensores alinhados ao bolsonarismo, como Leonardo Trindade e Holdem Macedo, ambos fora da lista final. Por isso, seu nome é visto pelo governo como uma aproximação com os eleitores conservadores, sobretudo evangélicos.

Mas existe o outro lado da moeda. A DPU virou palco de uma profunda disputa ideológica, religiosa e de gênero. Cristãos conservadores contra a esquerda progressista, defensora dos indígenas e quilombolas, a favor do aborto e do casamento gay. A votação expressiva de Leonardo Magalhães refletiu o respaldo da base da carreira, especialmente entre aqueles que defendem maior autonomia institucional. Nos bastidores, sua gestão era vista como mais assertiva na defesa das prerrogativas da DPU, inclusive em relação ao próprio governo. Esse perfil, embora valorizado internamente, gerou resistência em setores do Planalto, que temem fricções institucionais em momentos politicamente sensíveis.

A escolha de Lula seguiu uma lógica política clara. Amparada na prerrogativa legal de nomear qualquer integrante da lista tríplice, é parte de um movimento mais amplo de alinhamento de órgãos estratégicos à agenda do governo. A contradição é evidente. Trata-se de uma inflexão pragmática, em que a lógica eleitoral se sobrepõe à institucional. A DPU atua diretamente junto a camadas mais vulneráveis, principal da base social do governo. Uma atuação mais coordenada pode mitigar insatisfações, ampliar o acesso a direitos e reforçar a narrativa de compromisso social em ano eleitoral; contraditoriamente, a autonomia acirrará contradições com os setores mais conservadores com as políticas igualitaristas.

## STF seguirá monitorando emendas

» IAGO MAC CORD  
» WAL LIMA

A crise entre o STF e o Congresso pode atingir novo patamar com a decisão do ministro Flávio Dino de manter o monitoramento da execução das emendas parlamentares por tempo indeterminado. O magistrado sustenta que o controle só cessará quando for possível assegurar transparência e rastreabilidade.

Para justificar a manutenção da vigilância, Dino citou um recente estudo divulgado pelo Movimento Orçamento Bem Gasto, que revelou a baixa relevância e transparência das emendas parlamentares individuais.

“Nenhuma emenda alcançou pontuação suficiente para ser

classificada com nível alto de relevância e transparência; apenas 17% foram classificadas com boa relevância e transparência; e 92% apresentam baixa transparência, sendo difícil ou mesmo impossível aferir a destinação e a aplicação dos recursos públicos”, enfatizou.

Ante esse quadro, Dino convocou uma Audiência de Contextualização para 13 de maio, no Supremo, para ampliar o debate. Entre os presentes estarão pesquisadores do Ipea e do Movimento Orçamento Bem Gasto, além da Advocacia-Geral da União, da Controladoria-Geral da União, da Procuradoria-Geral da República e das advocacias do Senado e da Câmara.

Na decisão, Dino reconhece avanços operacionais implementados por determinação do STF

para coibir desvios. Entre as medidas consolidadas citadas pelo ministro estão a instituição de contas bancárias específicas e exclusivas para todas as modalidades de emendas nos bancos oficiais, a vedação definitiva de “contas de passagem” e de saques em espécie no caixa e a obrigação de publicação mensal nominal dos remunerados com recursos de emendas na área da saúde no Portal da Transparência.

“Não é admissível, em um cenário de escassez de recursos públicos, que a destinação de emendas parlamentares se dissocie de um adequado planejamento, tampouco que resulte, na ponta, em ineficiências que comprometam a efetividade das políticas públicas”, pontuou.

Gustavo Moreno/STF



**Dino convocou reunião para o próximo dia 13, no Supremo**